

PORTARIA Nº 25/2018/GAB/ESM

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

O Ministério Público de Contas, por sua Procuradora que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as competências do Ministério Público fixadas pelo artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993;

Considerando o disposto no artigo 2º, inciso III e §2º, e no artigo 3º da Resolução MPC-MG nº 07, de 21 de novembro de 2013;

Considerando o teor das informações consubstanciadas na Notícia de Irregularidade nº 160/2015, noticiando eventuais irregularidades na contratação temporária de servidores pelo município de Passos, com violação às regras do concurso público;

Considerando as informações prestadas pela douta Representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no sentido de que as medidas tomadas pelo Município, em cumprimento a Termo de Ajustamento de Conduta, estão aquém do necessário para a resolução da questão;

Considerando a possível existência de renovações sistemáticas e ilegais de contratos temporários junto à Administração Pública;

Considerando, ainda, a necessidade de complementar as informações constantes dos autos para a devida investigação dos fatos narrados;

Resolve:

Instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO para apurar a ocorrência de irregularidades e identificar os respectivos responsáveis quanto aos fatos acima noticiados, determinando, desde já, a expedição de ofício ao atual Prefeito Municipal de Passos, requisitando, com fulcro na alínea “b” do inciso I do art. 67 da Lei Complementar Estadual nº 34/1994, a remessa a este Órgão Ministerial, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do ofício, do que se segue:

- a) informação sobre a atual situação do concurso público nº 01/2016, explicitando o número e a descrição das vagas ofertadas, o número

de pessoas aprovadas, caso já encerrado o certame, e o número de empossados, se for o caso;

- b) informações e justificativas sobre todos os contratos temporários existentes no âmbito da Administração Pública local;
- c) informações sobre estudos técnicos realizados no município com vistas à respectiva reestruturação administrativa.

Após a publicação, registro e decurso do prazo, devolvam-se os autos conclusos.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2018.

Elke Andrade Soares de Moura
Procuradora do Ministério Público de Contas